

**ATA nº 09**  
**5º REUNIÃO ORDINÁRIA**

**5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTICC**

**1. Identificação da reunião**

Data	Horário			Local	Coordenação
13/05/2025	Ínicio:	14:00	Término:	18:00	Auditório da CGU

**2. Pauta**

ABERTURA

PAUTAS

- 1) Monitoramento do Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025/2027 – Papel do CTICC e reorganização dos Grupos de Trabalho;
- 2) COP 30;
- 3) Emendas Parlamentares;
- 4) Apresentação do INEP – Dados do SAEB.

INFORMES

ENCERRAMENTO

**3. Participantes**

MEMBROS DO CONSELHO		
Nome	Órgão/Entidade	Condição
Aline Veloso dos Passos	Casa Civil	Titular
André Galego Boselli	Artigo 19	Suplente
Bruno Brandão	Transparência Internacional	Titular
Bruno Schimitt Morassutti	Fiquem Sabendo	Titular
Carolina Amaral Venuto	Abrig	Titular
Carolina Palhares	MPO	Suplente
Cesar Galiza	CNI	Suplente
Cristiano Lisboa Yazbek	IBPT	Suplente
Cristina Lopes da Silva	CEDRA	Titular
Danny Andrey Secco	Ministério da Fazenda	Titular
Edmar Camata	CONACI	Titular
Elaine Niehues Faustino	Unacon Sindical	Titular
Francisco Eduardo de Holanda Bessa	MGI	Titular
Gabriel Nogueira Pinto Bravo	SEBRAE	Suplente
Haydée Svab	OKBR	Titular
João Gabriel Miranda Alves Pereira	MDIC	Titular
José Antônio Moroni	INESC	Titular

**ATA nº 09**  
**5º REUNIÃO ORDINÁRIA**

Fernanda Gomes Pedrosa	SGPR	Suplente
Karin Vieira da Silva	UDESC – Grupo de Pesquisa Politeia	Suplente
Katia Cilene Brembatti	Abraji	Titular
Kelly Oliveira de Araújo	OAB	Titular
Leandro da Motta Oliveira	AGU	Suplente
Luís Augusto Peixoto Rocha	CONACI	Suplente
Marcelo Henrique Romano Tragtenberg	CEDRA	Suplente
Marina Iemini Atoji	Transparência Brasil	Suplente
Raquel de Mattos Pimenta	FGV - Direito	Titular
Renan Perondi	IBGC	Titular
Renato Morgado	Transparência Internacional	Suplente
Sérgio Nogueira Seabra	MDHC	Titular
Sérgio Andrade	Agenda Pública	Titular
Suylan Almeida Midlej e Silva	UNB	Titular
Usiel Rios	SGPR	Titular

**OUTROS PARTICIPANTES**

Nome	Órgão/Entidade	Condição/ Cargo
Diana Coelho de Lima	MPO	Convidada
Edgard Augusto de Oliveira	MMA	Convidado
Fernando Hernandez	Transparência Internacional	Convidado
Guilherme Teixeira	CNI	Convidado
Hamilton Caputo Delfino Silva	TCU	Convidado Permanente
Humberto Luciano Schloegl	MMA	Convidado/ Assessor Especial de Controle Interno
Januário Fernandes Costa Neto	MEC	Convidado
Joilma Sant'Anna Favero	INEP	Convidada
Jussara Santos Mendes	MEC	Convidada/ Assessora Especial de Controle Interno
Larice Steffen Peters	UDESC – Grupo de Pesquisa Politeia	Convidada
Luma Teixeira Dias	SECOP	Convidada

**ATA nº 09**  
**5º REUNIÃO ORDINÁRIA**

Manuel Fernando Palácios da Cunha	INEP	Convidado/ Presidente
Paulo César Rodrigues	CNJ	Convidado Permanente
Regina Lemos de Andrade	MGI	Convidada/ Diretora da DTPAR
Roberto Pojo	MGI	Convidado/ Secretário de Gestão e Inovação
Tiago Luas de O. Aguiar	SECOP	Convidado
Valter Correia da Silva	SECOP	Convidado/ Secretário – Extraordinário

**AUTORIDADES E SERVIDORES DA CGU**

Nome	Área	Cargo
Vinícius Marques de Carvalho	GM	Ministro da CGU e Presidente do CTICC
Alfredo Ermírio de Araújo Andrade		Assessor Especial
Elizabeth Cosmo		Assessora Especial
Fábio Félix Cunha da Silva		Chefe de Assessoria Especial
Anjuli Tostes Faria		Auditora Federal de Finanças e Controle
Roberta Holder		Auditora Federal de Finanças e Controle
Adriana Barbosa Lima		Servidora requisitada
Keyla Andrea Santiago Oliveira		Servidora requisitada
Eveline Martins Brito		Secretária-Executiva
Olavo Venturim Caldas		Secretário-Executivo Adjunto
Sérgio Guedes Reis		Coordenador
Rodrigo Lofrano	OGU	Diretor
Ronald Balbe	SFC	Secretário
Maira Luisa Milani de Lima		Coordenadora-Geral – com apresentação prevista na pauta
Alexandre Ferreira de Macedo		Coordenador
Danielle Costa de Moura		Chefe
Patrícia Alvares de Azevedo Oliveira	SIP	Secretária
Flávia de Holanda Schmidt		Diretora

**ATA nº 09**  
**5º REUNIÃO ORDINÁRIA**

Liliane de Paiva Nascimento		Auditora Federal de Finanças e Controle
Marcelo Pontes Vianna	SIPRI	Secretário
Cristine Köhler Ganzenmüller		Diretora
Livia Oliveira Sobota	SNAI	Secretária
Suzanna do Carmo Louzada		Chefe de Gabinete
Cibelle César de Amaral Brasil		Diretora
Taiane Baptista Gonçalves de Oliveira		Coordenadora
Fernanda Alvarez da Rocha	CRG	Corregedora-Geral
<b>EQUIPE DE APOIO</b>		
Nome	Área	Cargo
Cícera Monteiro	GM	Apoio de Gabinete
Lasmin Leiros		Apoio de Cerimonial

**4. Ausências**

Órgão/Entidade	Nome	Justificada	Compareceu suplente/representante
AGU	Diogo Luiz da Silva	Sim	Sim
Comissão de Ética Pública/PR	Marcelise de Miranda Azevedo	Sim	Não
MJSP	Jean Keiji Uema	Sim	Não
Instituto Ethos	Caio Luiz Carneiro Magri	Sim	Não
Conectas Direiros Humanos	Camila Lissa Asano	Sim	Não
Pacto Global	Chantal Castro	Sim	Não
SEBRAE	Décio Nery de Lima	Sim	Sim
UFMG	Marjorie Correa Marona	Sim	Não
FGV - EPPG	Fernando Luiz Abrucio	Não	Não
IBPT	Gilberto Luiz do Amaral	Sim	Sim
CFEMEA	Guacira Cesar de Oliveira	Não	Não
CNI	Hávila da Nobrega Oliveira	Sim	Sim
Oxfam Brasil	Maitê Gauto	Sim	Não

**ATA nº 09**  
**5º REUNIÃO ORDINÁRIA**

Transparéncia Brasil	Juliana Sakai	Sim	Sim
Abong	Juliane Cintra de Oliveira	Não	Não
UDESC – Grupo de Pesquisa Politeia	Paula Chies Schommer	Sim	Sim
Artigo 19	Paulo José Lara	Sim	Sim
Fórum de Empresas e Direitos LGBTQIA+	Reinaldo da Silva Bulgarelli	Sim	Não
USP - Direito	Sheila Cristina Neder Cerezetti	Sim	Não

**5. Reunião**

**5.1 Abertura**

Comentário	Membro
Iniciou a reunião dando as boas-vindas e apresentando os novos membros da Casa. Destacou o tema do INSS como um assunto de extrema relevância, parabenizando a equipe da CGU pela atuação conjunta na investigação do caso e pelo trabalho desenvolvido nessa agenda. Informou sobre a renovação de seis entidades representantes da sociedade civil no Conselho.	Vinícius de Carvalho (Ministro da CGU e Presidente do CTICC)

**5.2 Desenvolvimento da pauta**

Comentário	Membro
Explicou a dinâmica da reunião, e informou sobre a renovação do Conselho para o mandato 2025/2027, bem como a reconfiguração dos grupos de trabalho.	Fábio Félix Cunha da Silva (Chefe da Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade)
Apresentou os dados da organização da COP 30, destacando a expectativa de participação de até 150 chefes de Estado, e a preocupação com o cumprimento das metas. Informou sobre a estrutura logística, os investimentos, as parcerias internacionais e licitações em andamento.	Valter Correia (Secretário Extraordinário para a COP-30)
Apresentou panorama do GT5 – Mudanças Climáticas de Integridade Socioambiental, cujos produtos focam na convergência entre políticas climáticas, ambientais, transparéncia e integridade. Abordou temas como boas práticas,	Maira Luisa Milani de Lima (Coordenadora-Geral de Auditoria das Áreas de Clima e Meio Ambiente)

**ATA nº 09**  
**5º REUNIÃO ORDINÁRIA**

<p>conflitos de interesse na COP, promoção da transparência e dados abertos ambientais, além da aprovação do texto sobre a ratificação do Acordo de Escazú.</p>	
<p>Destacou duas dimensões de atuação em transparência na COP 30: a dos investimentos logísticos e de infraestrutura, e a dos interesses representados no evento. Defendeu mecanismos para gestão de conflitos de interesse e ressaltou que o Brasil pode se tornar referência em transparência e integridade para as próximas COPs.</p>	<p>Renato Morgado (Transparência Internacional)</p>
<p>Apresentou o layout do Portal da Transparência, que contará com um banner específico sobre a COP 30, com destaques sobre obras, público, investimentos e participantes. Mencionou a inclusão de informações úteis, perguntas frequentes, consultas, despesas detalhadas e planilha da OEI. Mencionou que a CGU está em articulação com a SECOP para obter mais detalhes das obras financiadas por ITAIPU e BNDES, para que a página possa ser disponibilizada.</p>	<p>Flávia Schmidt (Diretora de Governo Aberto e Transparência)</p>
<p>Questionou se as contratações realizadas pela OEI são acessíveis ao público e se estão disponíveis no Portal da Transparência; como está sendo feita a prestação de contas da COP para a sociedade local e para as pessoas diretamente impactadas pelas iniciativas; e qual é o plano para garantir a preservação da memória desses eventos para consultas futuras.</p>	<p>Marina Atoji (Transparência Brasil)</p>
<p>Informou que a OEI disponibiliza links diretos tanto para a CGU quanto para o TCU, e essas informações podem ser inseridas no Portal da Transparência. Sobre a prestação de contas da COP, afirmou que há pontos de controle quase semanais com os órgãos de governo e que é possível pensar em uma forma de torná-la pública, ressaltando a necessidade de definir uma dinâmica e uma metodologia qualificada para isso.</p>	<p>Valter Correia</p>
<p>Informou que com base em estudos de experiência do usuário percebe-se que o interesse do público decai após a realização dos eventos, mas que pode ser pensado um repositório para futuras consultas, a sugestão foi registrada e será considerada no desenho da página.</p>	<p>Flávia Schmidt</p>
<p>Questionou como é feita a transparência de investimentos feitos por Itaipu, por exemplo.</p>	<p>Bruno Morassutti (Fiquem Sabendo)</p>

**ATA nº 09**  
**5º REUNIÃO ORDINÁRIA**

<p>Parabenizou a CGU pelo trabalho, especialmente em relação ao INSS, comentou sobre a importância de divulgação do Portal para organizações de todo o Brasil e não apenas de Belém, visando ampliar o uso das informações. Informou que integra a Cúpula dos Povos, espaço autônomo da sociedade civil que colaborará na divulgação, e perguntou sobre a estratégia de comunicação da CGU. Questionou ainda o secretário da COP sobre a compensação ambiental da Vale na construção do Parque da Cidade, pedindo mais detalhes.</p>	<p>José Antônio Moroni (INESC)</p>
<p>Informou que a prestação de contas de Itaipu ocorre no âmbito governamental com presença da mídia, sem participação metodológica da população, mas não vê impedimento para sua publicização. Sobre o Parque da Cidade, explicou que é um projeto de compensação ambiental sob governança do governo do Estado do Pará, sem maiores detalhes no momento, e se comprometeu a verificar e responder posteriormente à CGU.</p>	<p>Valter Correia</p>
<p>Questionou como será o encaminhamento formal da manifestação do Conselho sobre o Acordo de Escazú ao Congresso Nacional.</p>	<p>Sérgio Andrade (Agenda Pública)</p>
<p>Informou que será necessário submeter o texto ao pleno do Conselho, abrindo prazo para comentários, sugestões, complementações e eventuais ajustes no conteúdo, e por fim uma reunião de validação. Acrescentou que o calendário será definido pela Secretaria-Executiva do Conselho em conjunto com a coordenação do GT e a assessoria parlamentar da CGU.</p>	<p>Fábio Félix Cunha da Silva</p>
<p>Questionou se, por se tratar de um evento com participação dos governos estadual e municipal, as decisões são tomadas em cada nível ou se há um colegiado responsável. Sugeriu a inclusão de botões de redirecionamento no Portal da Transparência para os sites do governo do Pará, da Prefeitura de Belém, da Itaipu e do BNDES.</p>	<p>Francisco Bessa (MGI)</p>
<p>Esclareceu que existe articulação entre os diversos níveis federativos e que as decisões são tomadas em colegiados, com mediação entre os entes. Cada órgão mantém sua autonomia, mas atua de forma coordenada em diferentes frentes de governança, todas explicitadas no processo.</p>	<p>Valter Correia</p>

**ATA nº 09**  
**5º REUNIÃO ORDINÁRIA**

<p>Destacou como positiva a coordenação dos trabalhos do GT5 pela SFC em conjunto com a Transparência Internacional. Mencionou que a SNAI está em fase de reposicionamento e passará a ser Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação, reunindo no mesmo espaço questões de transparência ativa e passiva.</p>	<p>Lívia Sobota (Secretária Nacional de Acesso à Informação)</p>
<p>Mencionou que está prevista integração entre o Portal da Transparência com as páginas do Governo Municipal e Estadual de Belém/Pará.</p>	<p>Flávia Schmidt</p>
<p>Destacou a importância estratégica do tema mudanças climáticas e a necessidade de atuação integrada entre governo, iniciativa privada e sociedade civil. Reforçou o compromisso do fórum com a COP 30, anunciou nova edição da Revista da CGU sobre o tema e defendeu transparência, integridade e colaboração para um futuro sustentável.</p>	<p>Eveline Martins Brito (Secretária-Executiva da CGU)</p>
<p>Realizou apresentação sobre as emendas parlamentares, enfatizando os tipos, valores, a atuação da CGU, as determinações do STF, o resumo da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, os empecilhos para execução de emendas, as auditorias realizadas, os principais achados durante essas auditorias, e os trabalhos em andamento em 2025.</p>	<p>Ronald Balbe (Secretário Federal de Controle Interno)</p>
<p>Realizou apresentação sobre os aprimoramentos implementados no Portal da Transparência em função da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 854 relacionado às emendas parlamentares.</p>	<p>Flávia Schmidt</p>
<p>Fez apresentação sobre a evolução e tratamento de emendas parlamentares no Transferegov, destacando que o sistema é integrado com o Portal da Transparência. Esclareceu que a partir de 2024 o TCU passou a exigir preenchimento de relatório de gestão e plano de trabalho relacionados às emendas especiais, conhecidas como emendas PIX.</p>	<p>Regina Lemos de Andrade (MGI)</p>
<p>Questionou se todos os relatórios estão disponíveis; se há cooperação com entes e controladorias estaduais para replicar a experiência de controle; qual o papel da CGU em relação ao caso de fraudes nos fundos de pensão e como está o andamento da renegociação das multas das empresas neste contexto.</p>	<p>Bruno Brandão (Transparência Internacional)</p>

**ATA nº 09**  
**5º REUNIÃO ORDINÁRIA**

<p>Manifestou preocupação com pareceres que restringem o acesso a dados de contratantes com o governo federal, comprometendo a transparência e o controle social, e mencionou a retirada de informações, como notas fiscais, dos portais do MGI sob justificativa da LGPD. Destacou que, no âmbito da ENCCLA, foi identificada a dificuldade de fiscalização de recursos destinados a fundações, que hoje são supervisionadas pelos Ministérios Públicos Estaduais, e sugeriu estabelecer cooperação mais clara entre as instituições. Expressou ainda preocupação com os fundos de pensão das estatais, propondo que sejam incluídos no Fala BR, dada sua relevância pública e histórico de desvios.</p>	<p>Bruno Morassutti</p>
<p>Pontuou a questão da exigência de prestação de contas das emendas especiais até 31/12/2024, alertando que o descumprimento deveria impedir novos repasses, mas essa regra foi desconsiderada. Questionou se a inclusão dos dados de solicitantes e patrocinadores nos planos de trabalho será refletida em dados abertos e em quanto tempo isso ocorrerá, e se há previsão de retorno dos dados que foram retirados do Transferegov por adequação à LGPD. Sugeriu avaliar se o software da Petrobras poderia ser utilizado para essa adequação.</p>	<p>Marina Atoji</p>
<p>Informou que, por estarem no bloco de discussão sobre emendas parlamentares, as manifestações relacionadas a outros temas serão registradas em ata para os devidos encaminhamentos de resposta, as quais serão compartilhadas com os membros do pleno.</p>	<p>Fábio Félix Cunha da Silva</p>
<p>Em resposta aos questionamentos, relatou que o MGI tem firmado compromissos com estados para que possam operacionalizar o Transferegov a partir de 2026. Sobre a fiscalização de recursos das fundações, se dispôs a acompanhar junto à ENCCLA. Quanto aos documentos retirados em razão da LGPD, a disponibilização foi suspensa devido à inviabilidade de fazer a adequação de tarjamento no legado de 13 milhões de anexos, mas que eles ainda podem ser disponibilizados sob demanda, e são tarjados à medida que são solicitados. Complementou que o Serpro está desenvolvendo a tecnologia Anonimiza para tarjamento dos novos anexos, garantindo a proteção dos dados sensíveis. Sobre a prestação de contas das</p>	<p>Regina Lemos de Andrade</p>

**ATA nº 09**  
**5º REUNIÃO ORDINÁRIA**

transferências especiais, foi prejudicada pela solicitação do STF para preenchimento do Plano de Trabalho.	
Destacou que o ministro Flávio Dino oficiou os estados para normatizar o fluxo das emendas, o que contribuiu para avanços na transparência. Ressaltou que, com a colaboração entre o CONACI e a sociedade civil, há uma tendência de melhoria na transparência. Observou que alguns estados já adotam a modalidade PIX para emendas, enquanto outros ainda não, mas acredita que, com esforço conjunto, o cenário será significativamente aprimorado. Sugeriu colaboração com os Ministérios Públicos Estaduais para intensificar o diálogo e ampliar a disseminação.	Edmar Camata (CONACI)
Sugeriu que o CONACI colabore com a publicação de guia de boas práticas.	Bruno Morassutti
Informou que há um esforço de unificar as portas de entrada das emendas, cuja padronização tende a resultar na transparência dos portais, tanto Transferefov como os de transparência.	Edmar Camata
Em resposta aos questionamentos, esclareceu que os relatórios estão publicados no site do Supremo e alguns no site da CGU, mas em breve a CGU fará uma subseção dentro do site destacando esses trabalhos. Sobre fundos de pensão, pontuou que o trabalho da CGU é indireto, por meio de auditorias internas cuja competência alcança a PREVIC e fundos específicos das estatais. Neste sentido, podem ser feitas recomendações às auditorias internas.	Ronald Balbe
Realizou apresentação os dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, com destaque para o Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto 11.556, de 12 de junho de 2023.	Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo (Presidente do INEP)
Destacou que a preocupação do INEP com a inconsistência de dados, embora legítima, prejudica o acesso aos dados da educação, e a legislação brasileira orienta que eles devem ser publicados, de modo que a sociedade possa acessá-los e analisá-los, e que as entidades da sociedade civil possam fazer o controle social e adequada fiscalização das políticas públicas.	Bruno Morassutti

**ATA nº 09**  
**5º REUNIÃO ORDINÁRIA**

<p>Ressaltou que questões técnicas não devem ser usadas como justificativa para negar o acesso a informações de interesse público. Em relação à despublicação de microdados da educação básica, defendeu que, embora a anonimização absoluta não seja possível, é necessário ponderar os riscos à luz do interesse público, sendo possível utilizar recursos técnicos de desidentificação como inserção de ruído ou criptografia. Criticou o modelo das Salas Seguras, que configura barreira de acesso a informações públicas ao restringir o acesso a todos os microdados (não apenas os dados pessoais) apenas a quem tem credenciamento com projeto de pesquisa previamente aprovado pelo INEP. Defendeu a retomada dos princípios da LAI e sugeriu que a sociedade civil seja convidada a participar do grupo de trabalho dedicado a concepção da Política Nacional de Governança de Dados da Educação, do qual o INEP faz parte, e que não conta com nenhuma representação da sociedade civil.</p>	<p>Haydée Svab (OKBR)</p>
<p>Em resposta, sobre os dados do SAEB, esclareceu que não houve intenção de omitir os dados, mas sim de publicá-los junto da análise das margens de erro, que está em elaboração. Afirmou que os microdados do Saeb e do Enem já são divulgados. Destacou o risco de reidentificação como obstáculo à publicação irrestrita dos microdados da educação básica. Mencionou que o lançamento de uma plataforma de acesso a dados educacionais, que reúne todas as bases do Inep (Enem, Enade, etc.) com dados combinados. A solução técnica adotada envolve a aplicação de ruído para ofuscamento dos dados sensíveis. Foi solicitado um estudo à UFMG, e a plataforma só será publicada após a disponibilização da documentação técnica gerada a partir deste estudo.</p>	<p>Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo</p>
<p>Manifestou o interesse da CGU e SNAI em manter o diálogo profícuo que tem com o INEP. Ressaltou a importância de fortalecimento da política educacional e a educação básica, promovendo coerência entre o apoio financeiro e dados harmonizados nas esferas nacional e estadual. Destacou que a SNAI assume a pauta da Lei de Acesso à Informação, e será construída uma agenda de trabalho que contemple transparência ativa e passiva, bem como o diálogo com a proteção de dados. Reconheceu o desafio de conciliar LAI e LGPD, e propôs uma visita e conversa entre INEP e a equipe de dados abertos da SNAI.</p>	<p>Lívia Sobota</p>

**ATA nº 09**  
**5º REUNIÃO ORDINÁRIA**

<p>Anunciou a publicação da 30ª Edição da Revista da CGU, com tema integridade pública. Falou sobre dossiês em andamento, que já estão abertos à contribuição de pesquisadores da sociedade civil: um sobre mudanças climáticas e governança e integridade ambiental, e outro sobre a celebração do sistema de correição do Poder Executivo Federal.</p>	<p>Patrícia Alvares de Azevedo Oliveira (Secretária de Integridade Pública)</p>
<p>Informou que a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) está com o plano de ação 2023–2025 com 70% de execução concluída e que houve atualização da governança, com ampliação da participação da sociedade civil no colegiado. Também está em andamento um concurso de reuso de dados abertos. Sugeriu aprofundar essas discussões no GT de Transparência e Acesso à Informação (GT4). Sobre o segundo informe, referente ao Acórdão TCU nº 506/2025, mencionou a sugestão da Transparência Brasil e indicou para que o assunto fosse encaminhado para ser pautado no GT4.</p>	<p>Lívia Sobota</p>

**6. Encaminhamentos**

Ações	Responsáveis
Publicação de Portaria referente ao novo mandato 2025-2027, com prazo previsto para 20/06/2025	Gabinete do Ministro
Submissão de consulta de composição dos novos Grupos de Trabalho, no prazo 23/06/2025 a 02/07/2025.	Secretaria-Executiva do CTICC
Publicação de atos de instituição dos 7 novos GTs, no prazo de 07/07/2025 a 11/07/2025.	Gabinete do Ministro
Submissão do texto de ratificação do acordo de Escazú a consulta pública, para coleta de sugestões do Conselho e posterior estratégia de encaminhamento ao Congresso Nacional.	Maira Luisa Milani de Lima, GT5.

**7. Encerramento**

Fábio Félix informou que a Secretaria-Executiva do CTICC entrará em contato com as entidades para providenciar a coleta de informações para o novo mandato. Complementou que os canais de comunicação com o CTICC permanecem à disposição, e que as questões que não puderam ser respondidas durante a reunião serão registradas em ata para que sejam dados os devidos encaminhamentos. Agradeceu especialmente pela colaboração de representantes da sociedade civil ao longo destes dois anos de mandato.

**ATA n° 09**  
**5º REUNIÃO ORDINÁRIA**

Eveline Martins Brito agradeceu a participação dos membros do mandado atual e desejou boas-vindas aos próximos representantes.

**8. Documentos da Reunião**

---

As apresentações utilizadas durante a reunião estão disponíveis na pasta do CTICC no Google Drive, acessível pelo link e QR code a seguir:

<https://bit.ly/5reuniaoticc>

